



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

ANALISTA EM GESTÃO MUNICIPAL – DIREITO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

Do lado de fora, nada de extraordinário: apenas mais um prédio residencial envelhecido no bairro Kung Tong, em Hong Kong. Muitos deles têm lojas e restaurantes no primeiro e no segundo piso, placas penduradas na fachada.

Por dentro, os apartamentos não são iguais. Alguns deles foram subdivididos nos ilegais “apartamentos-gaveta”: compartimentos minúsculos, onde é difícil conceber que uma pessoa possa viver.

Kung Tong é o bairro mais densamente povoado do território chinês. São mais de 57 mil pessoas por quilômetro quadrado, uma das taxas mais altas do mundo. Espaço é um luxo que muita gente não tem como pagar. A miséria é vertical. É preciso entrar para entender.

Um dos apartamentos tem 58 metros quadrados e nele moram 19 pessoas. Um banheiro minúsculo e imundo, assim como a cozinha, são de uso compartilhado.

O espaço foi dividido em dois “andares”. Os cubículos de cima têm 1,4 metro quadrado, enquanto os de baixo têm menos de 3 metros quadrados. Nesses, é possível ficar de pé, mas, nos outros, só sentar ou deitar. A “gaveta” nada mais é que um caixão para vivos.

Esses moradores pagam cerca de R\$ 700 por mês, o valor mais baixo possível por um teto, e sofrem ainda com o calor e a falta de higiene. Não há controle dos preços do aluguel ou do tamanho dos espaços habitáveis, e faltam moradias sociais. Idosos e famílias têm prioridade nas mais de 750 mil habitações subvencionadas da cidade, mas a espera é longa — leva em média mais de quatro anos.

No bairro de Happy Valley, onde apartamentos são facilmente alugados por mais de 10 mil dólares por mês, ao menos 20 pessoas vivem em uma passagem subterrânea para pedestres.

Imigrantes indianos, chineses e quatro idosos locais são alguns dos sem-teto morando ao lado do prestigioso Jockey Clube de Hong Kong.

(Luiza Duarte. *Pequim elege crise da moradia como raiz da mobilização civil em Hong Kong*. www.folha.uol.com.br, 25.09.2019. Adaptado)

01. Segundo o que se afirma no texto,

- (A) os apartamentos no bairro Happy Valley são mais espaçosos do que em outros bairros de Hong Kong.
- (B) no bairro de Kung Tong, há apartamentos mais espaçosos do que a média de metros quadrados no país.
- (C) não é preciso sair de um mesmo bairro para observar os contrastes em Hong Kong no que diz respeito à moradia.
- (D) indianos estão imigrando para a China, o que comprova que a situação habitacional na Índia é mais caótica do que a da China.
- (E) por constituírem o maior grupo vivendo em condições precárias, pessoas solteiras são as que mais sofrem com a crise habitacional em Hong Kong.

Para responder às questões de números **02** e **03**, considere o seguinte trecho do 2º parágrafo:

“Alguns deles foram subdivididos nos ilegais ‘apartamentos-gaveta’: compartimentos minúsculos, onde é difícil conceber que uma pessoa possa viver”

02. Os dois-pontos servem para indicar

- (A) a introdução de uma explicação de algo dito anteriormente.
- (B) a supressão de algo que se infere a partir do contexto.
- (C) a causa de algo relacionado com a ilegalidade de um ato.
- (D) a retificação do que se afirmou antes dos dois-pontos.
- (E) a complementação de uma informação que já era óbvia.

03. O vocábulo “onde” foi corretamente empregado e com a mesma função do trecho em:

- (A) Onde estão as autoridades que deveriam impedir que pessoas vivam em penúria?
- (B) As pessoas trabalham, onde o objetivo delas é manterem suas famílias.
- (C) Só agora conhecemos onde se encontram as localidades mais caras para se viver.
- (D) Os viadutos e as pontes acabam se tornando locais onde pessoas pobres se refugiam.
- (E) Podemos ler nos jornais realidades onde observamos que nossa vida poderia ser pior.

04. A vírgula, no trecho “São mais de 57 mil pessoas por quilômetro quadrado, uma das taxas mais altas do mundo”. (3º parágrafo) foi empregada pelo mesmo motivo em

- (A) ... apenas mais um prédio residencial envelhecido no bairro Kung Tong, em Hong Kong.
- (B) Esses moradores pagam cerca de R\$ 700 por mês, o valor mais baixo possível por um teto...
- (C) Não há controle dos preços do aluguel ou do tamanho dos espaços habitáveis, e faltam moradias sociais.
- (D) Idosos e famílias têm prioridade nas mais de 750 mil habitações subvencionadas da cidade, mas a espera é longa
- (E) Imigrantes indianos, chineses e quatro idosos locais são alguns dos sem-teto...

05. Encontra-se em conformidade com as ideias presentes no texto e com a norma-padrão a frase:

- (A) Apesar de terem que esperar por muito tempo, idosos e suas famílias podem pleitear uma habitação gratuita na cidade.
- (B) Uma espera de mais de quatro anos é a realidade que se verifica em Hong Kong, porque idosos e famílias são preferencialmente aqueles que recebem uma habitação popular.
- (C) 750 mil habitações estão à disposição dos cidadãos de Hong Kong, já que precisam comprovar situação de carência para conseguir uma delas.
- (D) O governo chinês tem um programa de auxílio para aqueles que desejam uma habitação, embora jovens solteiros tenham mais dificuldade para participar do programa.
- (E) É preciso esperar por um longo tempo para conseguir uma moradia em Hong Kong, mas idosos e famílias não estão sujeitos a essa espera.

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 10.

A entrevista estava marcada na casa dele, numa das favelas mais pobres de Fortaleza. De manhã bem cedo, eu e o fotógrafo esperávamos, na porta de uma ONG ainda fechada, o educador que nos levaria até aquele emaranhado de endereços desconhecidos, um território dividido por duas quadrilhas rivais do tráfico de drogas. O menino apareceu de repente, vestido com uma camiseta do Brasil. Sem olhar para mim, ele disse: “Na minha casa, não.” Não dizia o porquê. Apenas sacudia a cabeça em sinal de negativa **explícita**. Ele era pequeno para os seus 15 anos, mas o seu “não” era enorme.

A porta da ONG abriu, e ele entrou. Sentou-se na cadeira da recepção e tentou ligar o computador. Passou-se muito tempo, talvez quase uma hora de silêncios entre nós, interrompidos por uma ou outra palavra que servia ao menino apenas como demarcação do território. O território que ele não queria que eu alcançasse, as palavras curtas marcando que não haveria palavras longas. Eu não sabia se tinha o direito de continuar ali, talvez nunca saiba. Mas ele também não ia embora.

Então a cozinha da ONG abriu. E, de um salto, ele já estava lá. Como se eu fosse um vira-lata esquecido, me chamou com **displícência**. Mas ainda não me olhava. Sentei-me diante dele e o vi devorar um pão em menos de um minuto. No segundo pão, ele me enxergou pela primeira vez, oferecendo-me um pedaço. A certa altura, parecendo com pena de mim, disse:

– Você entende só um pouco de português, né?

O menino tinha razão. Eu não alcançava a riqueza da sua língua portuguesa, que dava conta de um Brasil diverso, com palavras nascidas ali mesmo. Expressões gestadas na necessidade de dar conta de uma realidade na qual era necessário, por exemplo, nomear o momento-limite em que o gatilho da arma é acionado, mas a bala não sai.

Mas era mais do que isso. Eu demorei a lê-lo. Eu era analfabeta dele. O seu “não” da altura de um edifício, a postura do seu corpo, entre acuada e pronta para saltar no meu pescoço, o seu medo de mim, que às vezes beirava a raiva, era fome. Frequentemente me deparei com essa fome, a fome que é um substantivo sem adjetivo possível.

O menino me leu muito antes de eu a ele. Percebeu que eu era estrangeira ao seu Brasil. Estranhou a cor da minha pele, a tonalidade do meu cabelo, a forma e o som das minhas palavras. Estranhou que eu precisasse de tradução para algumas de suas frases. Estranhou porque havia que estranhar.

(Eliane Brum. *Limites da linguagem*.
<https://brasil.elpais.com>, 04.08.2014. Adaptado)

06. Segundo o texto, pode-se afirmar que

- (A) a língua falada em Fortaleza já é considerada uma outra língua em relação ao restante do Brasil.
- (B) o menino dava respostas lacônicas e negativas porque sabia que a jornalista queria escrever sobre ele.
- (C) a fome que o menino sentia era o que explicava o seu comportamento arredio diante da autora do texto.
- (D) o envolvimento de crianças com o tráfico de drogas levou a autora do texto a um perigoso bairro de Fortaleza.
- (E) a recusa da autora do texto em conversar com o menino foi o que o levou a crer que a jornalista não falava bem o português.

07. No contexto em que se encontram, os vocábulos “explícita” e “displícência”, em destaque no texto, apresentam como antônimo e sinônimo, respectivamente

- (A) latente e desinteresse.
- (B) manifesto e indisciplina.
- (C) oculta e discrição.
- (D) irrestrita e recato.
- (E) peremptória e apatia.

08. Segundo o contexto em que se encontra, assinale a alternativa que apresenta, em destaque, vocábulo empregado em sentido figurado.

- (A) A entrevista estava marcada na casa dele, numa das **favelas** mais pobres de Fortaleza. (1º parágrafo)
- (B) Sentou-se na **cadeira** da recepção e tentou ligar o computador. (2º parágrafo)
- (C) Sentei-me diante dele e o vi **devorar** um pão em menos de um minuto. (3º parágrafo)
- (D) Expressões **gestadas** na necessidade de dar conta de uma realidade na qual era necessário... (5º parágrafo)
- (E) Estranhou que eu precisasse de **tradução** para algumas de suas frases. (7º parágrafo)

09. Encontra-se em conformidade com a norma-padrão da língua, quanto à colocação dos pronomes, a seguinte frase:

- (A) ... o educador que levaria-nos até aquele emaranhado de endereços desconhecidos...
- (B) Se passou muito tempo, talvez quase uma hora de silêncios entre nós...
- (C) Mas ainda não olhava-me.
- (D) Frequentemente deparei-me com essa fome...
- (E) O menino leu-me muito antes de eu a ele...

10. Assinale a alternativa que apresenta frase corretamente redigida quanto ao emprego do acento indicativo de crase e às regras de regência da língua portuguesa.

- (A) Pessoas que vivem em locais violentos são mais propensas de ingressarem à criminalidade.
- (B) Devido à diversas questões sociais, uma língua está sujeita em ter muitas variedades.
- (C) A marginalidade infantil decorre à uma falta de políticas públicas eficazes.
- (D) A subnutrição tem feito com que algumas crianças cresçam menos do que à expectativa.
- (E) O presidente da ONG fez alusão à sua equipe, da qual muito se orgulha.

11. O Prefeito do Município de São José dos Campos pretende celebrar um convênio com a União, para a realização de obras de reestruturação da rede de saneamento básico, que é do interesse de todos os munícipes.

Para a celebração desse convênio, conforme determina a Lei Orgânica do Município, o Prefeito

- (A) deverá publicar uma lei complementar ordinária.
- (B) deverá solicitar autorização específica da Câmara Municipal.
- (C) deverá solicitar a publicação de um Decreto Legislativo para o Presidente da Câmara Municipal.
- (D) poderá celebrar o convênio diretamente com a União, dispensando-se, no caso, qualquer intervenção da Câmara Municipal.
- (E) não precisará assegurar os recursos necessários, uma vez que estes serão da responsabilidade da União.

12. Segundo a Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, no que diz respeito aos tributos municipais, ao Município compete instituir, entre outros, o seguinte tributo:

- (A) taxa sobre a transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso ou gratuito, de direitos reais sobre imóveis dados em garantia.
- (B) imposto sobre melhoria decorrente de obras públicas.
- (C) imposto sobre o custeio de sistemas de previdência e assistência social.
- (D) taxas sobre serviços de qualquer natureza não incluídos na competência estadual.
- (E) taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

13. Sobre o Orçamento do Município de São José dos Campos, e conforme disciplinado na sua Lei Orgânica, assinale a alternativa correta.

- (A) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (B) O Poder Executivo publicará, em até sessenta dias após o encerramento de cada trimestre, relatório detalhado da execução orçamentária.
- (C) Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com as diretrizes orçamentárias e apreciados pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (D) Poderá ocorrer a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa, para atender necessidades consideradas urgentes.
- (E) A Câmara Municipal participará do orçamento anual do Município num percentual nunca inferior a cinco por cento da arrecadação municipal.

14. José, servidor público ativo do Município de São José dos Campos, faleceu em 06 de abril de 2019, porém tinha direitos pecuniários a serem quitados.

De acordo com a Lei Complementar nº 56/1992, o prazo estabelecido para o Município quitar tais direitos será

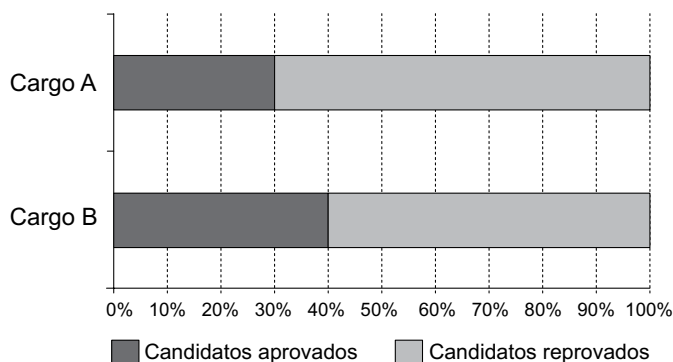
- (A) de, no máximo, 10 (dez) dias, contados a partir do dia da comunicação da data do falecimento.
- (B) de, no mínimo, 10 (dez) dias, contados a partir da comunicação do ato.
- (C) indeterminado, pois dependerá da liberação do pagamento em precatório específico para a finalidade prevista.
- (D) iniciado com a habilitação em inventário de seus eventuais herdeiros.
- (E) inexistente, uma vez que, devido ao falecimento do servidor, os direitos pecuniários são extintos.

15. Após o devido processo legal, Maria teve sua aposentadoria cassada, pois foi apurado que, durante o período de atividade, ela cometeu falta grave punível com a demissão.

Neste caso, e conforme disposto na Lei Complementar nº 56/1992, Maria

- (A) poderá solicitar reconsideração do ato proferido na primeira decisão pela autoridade competente, podendo renovar a solicitação caso haja indeferimento.
- (B) não poderá solicitar reconsideração do ato proferido, pois seu interesse não é legítimo, devido à falta grave cometida quando estava em atividade.
- (C) poderá solicitar reconsideração, sendo que seu pedido deverá ser despachado no prazo de cinco dias e decidido dentro de trinta dias.
- (D) poderá interpor recurso do indeferimento do seu pedido de reconsideração, que deverá ser recebido, sem efeito suspensivo, pela autoridade competente.
- (E) poderá interpor recurso, que, quando cabível, não interrompe o prazo prescricional que é de dez anos.

16. No gráfico a seguir, são apresentadas informações sobre a distribuição do número de candidatos que realizaram um concurso para os cargos A e B.

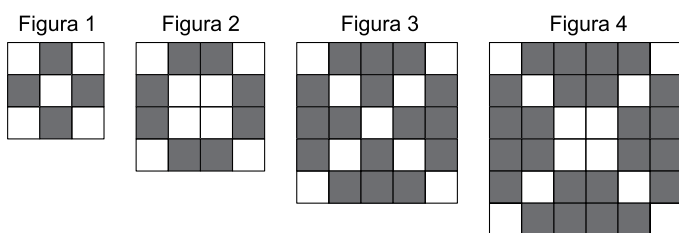


Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação necessariamente verdadeira.

- (A) O número de candidatos aprovados ao cargo B foi 10% maior que o número de candidatos aprovados ao cargo A.
 - (B) O número de candidatos reprovados ao cargo A foi $\frac{7}{6}$ do número de candidatos reprovados ao cargo B.
 - (C) Para o cargo B, o número de candidatos reprovados foi 50% maior que o número de candidatos aprovados.
 - (D) Para o cargo A, o número de candidatos aprovados correspondeu a $\frac{3}{10}$ do número de candidatos reprovados.
 - (E) O número total de candidatos que fizeram o concurso para o cargo A foi igual ao número total de candidatos que fizeram o concurso para o cargo B.
17. O preço unitário de venda de um produto sofreu, no início do mês de novembro, um aumento de 10% em relação ao preço que era vendido anteriormente. No final do mês de novembro, o vendedor deu um desconto de 5% no preço reajustado no início daquele mês e vendeu o restante das unidades do produto ao preço de R\$ 125,40. Sendo assim, antes do aumento de 10%, cada unidade do produto era vendida ao preço de
- (A) R\$ 118,50.
 - (B) R\$ 120,00.
 - (C) R\$ 121,50.
 - (D) R\$ 123,00.
 - (E) R\$ 124,50.

18. Um total de $(x - 128)$ unidades de um produto pode ser distribuído igualmente em y caixas do tipo C_1 . Em caixas do tipo C_2 , com capacidade de 240 unidades desse produto cada uma, $(x - 200)$ unidades podem ser distribuídas, igualmente, em $(y - 1)$ caixas. Em caixas do tipo C_3 , cada uma com capacidade para 220 unidades desse produto, $(x - 160)$ unidades podem ser distribuídas em $(y + 1)$ caixas. Sendo assim, a capacidade de cada caixa do tipo C_1 é de
- (A) 228 unidades.
 (B) 232 unidades.
 (C) 236 unidades.
 (D) 240 unidades.
 (E) 244 unidades.
19. Sabe-se que os pais de Silvio são formados em Direito. Logo, é verdade que:
- (A) Silvio é formado em Direito.
 (B) Silvio não é formado em Direito.
 (C) Se Ana é formada em Direito, então Ana é mãe de Silvio.
 (D) Se Débora não é formada em Direito, então Débora não é mãe de Silvio.
 (E) Se Marcelo não é pai de Silvio, então Marcelo não é formado em Direito.

20. Considere as seguintes quatro primeiras figuras de uma sequência:



Mantendo-se a regularidade da sequência, o número de quadradinhos com o interior pintado de cinza da figura 30 é

- (A) 960.
 (B) 962.
 (C) 964.
 (D) 966.
 (E) 968.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Considerando as competências tributárias municipais previstas na Constituição Federal, é correto afirmar que sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital

- (A) incide o imposto de transmissão *inter vivos*, independentemente da atividade preponderante do adquirente.
- (B) não incide o imposto de transmissão *inter vivos*, independentemente da atividade preponderante do adquirente.
- (C) incide o imposto de transmissão *inter vivos*, salvo se a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (D) não incide o imposto de transmissão *inter vivos*, salvo se a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (E) incide o imposto de transmissão *inter vivos*, mas o adquirente será isento do imposto se a sua atividade preponderante for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

22. São duas das competências privativas do Chefe do Poder Executivo consideradas indelegáveis pela Constituição Federal:

- (A) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional; e conferir condecorações e distinções honoríficas.
- (B) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; e dispor mediante decreto sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- (C) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional; e conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- (D) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei; e conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- (E) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; e dispor, mediante decreto, sobre: organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

23. Considerando a repartição de competências constitucionais, assinale a alternativa que aponta hipóteses de competência em que o Município pode suplementar uma lei de outro ente federativo.

- (A) Explorar serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens e sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular.
- (B) Legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios e seguridade social e sobre registros públicos.
- (C) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar e legislar sobre populações indígenas.
- (D) Cuidar da saúde e assistência pública e proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- (E) Proteger o patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico e explorar os serviços locais de gás canalizado.

24. Assinale a alternativa que está em consonância com o disposto na Constituição Federal a respeito da política urbana.

- (A) Seu objetivo é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, com base nas diretrizes gerais fixadas pelo Prefeito Municipal.
- (B) A Lei Orgânica Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (C) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências de ordenação da cidade expressas na Lei Orgânica do Município.
- (D) Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião e não podem ser objeto de desapropriação.
- (E) A desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública pode ser utilizada para exigir o adequado aproveitamento do solo urbano.

25. A respeito da usucapião urbana, é correto afirmar que

- (A) ser proprietário de outro imóvel, desde que rural, não impede que o possuidor de imóvel urbano seja por ela beneficiado.
- (B) para que ela se verifique, dentre outros requisitos, o imóvel urbano a ser usucapido deve ter, no máximo, 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados.
- (C) se o possuidor do imóvel urbano nele morar por mais de 5 (cinco) anos com sua família, com ou sem oposição, poderá adquirir o domínio.
- (D) o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, desde que sejam casados.
- (E) o domínio a ser adquirido pela usucapião urbana poderá ser reconhecido mais de uma vez, desde que o imóvel seja destinado à moradia familiar.

26. Segundo a Carta Magna brasileira, na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União, observado o disposto em lei, cabe à
- (A) Advocacia-Geral da União.
 - (B) Procuradoria-Geral da República.
 - (C) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
 - (D) Corregedoria-Geral da União.
 - (E) Receita Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

27. Assinale a alternativa correta sobre os atributos e as condições de validade do poder de polícia.
- (A) A discricionariedade não pode ser invocada em se tratando de poder de polícia.
 - (B) O ente público poderá fazer uso da coerção necessária, inclusive da força física quando houver oposição do infrator, para a prática do poder de polícia.
 - (C) Para compelir materialmente o particular a limitar seu direito individual face à predominância do interesse público, o Poder Público necessita de prévia intervenção do Poder Judiciário.
 - (D) São condições de validade específicas dos atos de polícia: competência, finalidade, forma e objeto.
 - (E) Admite-se a delegação, por meio de decreto, do poder de polícia a particulares prestadores de serviço de titularidade do Estado.
28. Assinale a alternativa correta quanto a existência, validade e eficácia do ato administrativo.
- (A) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis serão aproveitados pela Administração, mesmo que tenham causado prejuízo a particulares.
 - (B) A Administração poderá revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, a qualquer tempo, uma vez que a autotutela é imprescritível.
 - (C) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, sendo defesa qualquer alegação de direito adquirido.
 - (D) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
 - (E) Os atos discricionários praticados pela Administração não admitem possibilidade de correção judicial, mesmo quando o seu proceder caracterizar excesso de poder.

29. Assinale a alternativa correta sobre as Licitações para compra de material de escritório.
- (A) Sempre que possível, deverão ser processadas através de sistema de registro de preços.
 - (B) Deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento idênticas às do setor privado.
 - (C) Não poderão ser subdivididas em parcelas.
 - (D) A existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.
 - (E) É hipótese de contratação direta, sem processo licitatório.
30. Acerca das modalidades de licitação, concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, assinale a alternativa correta.
- (A) É plenamente possível a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das referidas no enunciado.
 - (B) As modalidades tomada de preços e convite não serão admitidas para obras e serviços de engenharia.
 - (C) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços, e, em qualquer caso, a concorrência.
 - (D) A modalidade convite de licitação é a mais indicada para compras e serviços até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
 - (E) Na compra de bens de natureza divisível, mesmo que não haja prejuízo para o conjunto, é proibida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação.
31. Assinale a alternativa correta sobre improbidade administrativa.
- (A) Os atos de improbidade podem ser praticados por qualquer agente público, desde que seja servidor.
 - (B) Não estão sujeitos às penalidades da lei de improbidade os atos praticados contra o patrimônio de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido com menos de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual.
 - (C) Não é considerado agente público, para os efeitos da lei de improbidade, aquele que exerce transitariamente ou sem remuneração vínculo com a Administração.
 - (D) Ocorrendo lesão ao patrimônio público, desde que exclusivamente por ação dolosa do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
 - (E) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança.

32. É chamado(a) de “isenção heterônoma”:

- (A) a cobrança de impostos antes de decorridos 90 (noventa) dias da publicação da lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) a vedação da utilização de tributo com efeito de confisco.
- (C) o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- (D) a instituição pela União de isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- (E) a previsão de isenção de impostos sobre o patrimônio de partidos políticos e das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.

33. É correto afirmar a respeito dos impostos de competência dos municípios que

- (A) o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- (B) o imposto sobre transmissão “inter vivos” de bens imóveis incide sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, qualquer que seja o seu objeto social.
- (C) cabe ao Senado Federal mediante resolução fixar as alíquotas máximas e mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- (D) o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana deverá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (E) cabe apenas à lei municipal regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre serviços de qualquer natureza serão concedidos e revogados.

34. É correto afirmar sobre os sujeitos da obrigação tributária, com relação às hipóteses de solidariedade, que

- (A) em regra, o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- (B) a isenção ou remissão de crédito aproveita apenas a um dos obrigados subsistindo quanto aos demais pelo saldo em qualquer caso.
- (C) não são solidariamente obrigadas em regra as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
- (D) em regra, a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, não favorece ou prejudica aos demais.
- (E) a solidariedade tributária conforme prevista no Código Tributário Nacional não comporta benefício de ordem.

35. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

- (A) tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- (B) tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- (C) no momento em que a autoridade tributária fizer o lançamento tributário, atividade esta de cunho administrativo e plenamente vinculada à lei.
- (D) tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- (E) 90 (noventa) dias após a publicação da lei que modificar o enquadramento legal de situação jurídica previamente constituída.

36. São hipóteses de exclusão do crédito tributário:

- (A) isenção e remissão.
- (B) pagamento e depósito integral em dinheiro.
- (C) anistia e isenção.
- (D) liminar em ação judicial e conversão de depósito em renda.
- (E) anistia e remissão.

DIREITO DO TRABALHO

37. O contrato individual de trabalho

- (A) pode ser tácito ou expresso.
- (B) deve ser escrito.
- (C) deve ser verbal ou escrito, sendo facultado o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- (D) não pode ser verbal.
- (E) deve ser tácito ou escrito.

38. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, na despedida por justa causa, o empregado tem assegurado

- (A) o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário proporcional.
- (B) o direito à liberação do fundo de garantia do tempo de serviço, sem o acréscimo de 40% (quarenta por cento).
- (C) a indenização de férias vencidas acrescidas de 1/3 (um terço), quando completado o período aquisitivo.
- (D) o aviso prévio indenizado, no prazo mínimo.
- (E) o saldo salarial e as férias proporcionais acrescidas de 1/3 (um terço).

39. Constitui causa de suspensão do contrato de trabalho:
- (A) o período de afastamento por motivo de licença-maternidade.
 - (B) o período de afastamento superior a 15 (quinze) dias, por motivo de doença.
 - (C) o gozo de férias anuais remuneradas.
 - (D) o gozo do descanso semanal remunerado.
 - (E) os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento por motivo de acidente do trabalho.

DIREITO CIVIL

40. Considerando a disciplina constante do Direito Positivo brasileiro, pode-se corretamente afirmar que o não cumprimento da função social da propriedade
- (A) não ocasiona qualquer resultado ao proprietário que tem o direito de não fazer qualquer uso de sua propriedade, não podendo ser apenado pelo não cumprimento da função social, tendo em vista que a propriedade abrange os direitos de usar, gozar, dispor e abusar.
 - (B) ocasiona a perda da propriedade para o Estado, desde que precedida de justa e prévia indenização em dinheiro, precedida de prévia avaliação judicial, na qual deverão ser indenizados inclusive lucros cessantes pela perda da propriedade.
 - (C) pode ocasionar o confisco da propriedade, sem direito a qualquer tipo de indenização, tendo em vista que a propriedade somente é garantida pela Constituição Federal se cumprir a sua função social.
 - (D) no caso dos imóveis rurais, pode resultar em desapropriação para fins de reforma agrária, mediante o pagamento do valor da terra nua e das benfeitorias úteis e necessárias em títulos da dívida agrária.
 - (E) pode resultar em desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, desde que precedida de parcelamento ou edificação compulsórios e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.
41. Tendo em vista o que dispõe a legislação que disciplina o parcelamento do solo urbano, pode-se corretamente afirmar que os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos dos loteamentos
- (A) não poderão ter sua destinação alterada no caso de desistência do loteador.
 - (B) desde a data da implantação do loteamento, passam a integrar o domínio do Município.
 - (C) não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo no caso de anulação da licença.
 - (D) poderão ser alterados no caso de caducidade da licença.
 - (E) desde a data do registro, passam a integrar o domínio do Estado.

42. Tendo em vista o entendimento da Jurisprudência acerca da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que
- (A) a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, devendo ser comprovados a culpa do agente ou falha do serviço, o dano e o nexo de causalidade.
 - (B) a responsabilidade civil do Estado é subjetiva em razão das lesões sofridas por vítima baleada em razão de tiroteio ocorrido entre policiais e assaltantes.
 - (C) a responsabilidade civil do Estado é subjetiva em razão do suicídio de preso ocorrido no interior de estabelecimento prisional.
 - (D) o Estado não responde civilmente por atos ilícitos praticados por foragidos do sistema penitenciário, mesmo quando os danos decorrem direta ou imediatamente do ato de fuga.
 - (E) nas ações de responsabilidade civil do Estado, é necessária a denúncia da lide ao suposto agente público causador do ato lesivo.

PROCESSO CIVIL

43. No que diz respeito às regras de modificação de competência previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) Se o imóvel objeto da ação se achar situado em mais de uma comarca, será competente a comarca na qual estiver contida a maior parte do imóvel.
 - (B) A eleição de foro só produz efeito quando constar de instrumento escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico.
 - (C) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou do valor é inderrogável por convenção das partes.
 - (D) O foro contratual obriga somente as partes, mas não os herdeiros e seus sucessores.
 - (E) A competência em razão do território não pode ser modificada pelas partes.
44. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:
- (A) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça.
 - (B) a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for pelo correio.
 - (C) a data de ocorrência da citação ou da intimação, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria.
 - (D) o dia da carga, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso ou eletrônico.
 - (E) a data de publicação, quando a intimação se der por meio da retirada dos autos, em carga, do cartório ou da secretaria.

45. São, respectivamente, causa de suspensão e extinção do processo:

- (A) motivo de força maior e morte do representante legal de qualquer das partes.
- (B) convenção das partes e arguição de impedimento do juiz.
- (C) admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas e perda da capacidade processual de qualquer das partes.
- (D) arguição de suspeição do juiz e motivo de força maior.
- (E) convenção das partes e sentença.

46. No que diz respeito ao efeito suspensivo dos recursos, assinale a alternativa correta.

- (A) A apelação não terá efeito suspensivo para o caso de sentença que julga improcedente os embargos do executado.
- (B) O relator poderá conceder, no prazo de 15 (quinze) dias, efeito suspensivo ao agravo de instrumento, comunicando ao juiz de primeira instância a sua decisão.
- (C) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- (D) O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou especial só poderá ser formulado se o recurso ainda não houver sido distribuído ao relator.
- (E) Os embargos de divergência interpostos no Superior Tribunal de Justiça não têm efeito suspensivo e não interrompem o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.

47. Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, é correto afirmar que

- (A) a intervenção do Ministério Público, como fiscal da lei, é obrigatória.
- (B) se a sentença for proferida contra o Município que constitua capital do Estado e o valor da condenação for inferior a 100 (cem) salários mínimos, não se aplica o duplo grau de jurisdição.
- (C) as despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública serão isentas de custas.
- (D) a fixação dos honorários observará critérios de zelo profissional, lugar da prestação do serviço, natureza e importância da causa, trabalho realizado pelo procurador e o tempo exigido para o seu serviço, bem como um percentual legal a ser definido de acordo com o valor da condenação ou do proveito econômico obtido.
- (E) serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que não tenha sido impugnada.

48. São fontes formais do direito processual do trabalho:

- (A) as convenções e os acordos coletivos de trabalho.
- (B) as leis federais e a Constituição Federal.
- (C) as leis federais, estaduais e municipais.
- (D) a Constituição Federal e as convenções coletivas de trabalho.
- (E) as leis estaduais e a jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho.

49. No processo do trabalho, os prazos

- (A) são contados em dias úteis.
- (B) são contados em dias corridos, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia de vencimento.
- (C) são estabelecidos pelo juízo, com exceção dos prazos recursais.
- (D) podem ser prorrogados por, no máximo, 5 (cinco) dias, quando o juízo entender necessário.
- (E) não são peremptórios, mas são próprios.

50. Contra a sentença proferida por juiz do trabalho, em demanda cujo valor da causa seja superior a dois salários-mínimos, será cabível

- (A) o recurso de revisão, quando se tratar de reclamação cujo valor não supera 40 (quarenta) salários-mínimos.
- (B) o recurso de revista, quando a matéria controvertida for estritamente de direito.
- (C) o recurso ordinário, não importando se a sentença é definitiva ou terminativa.
- (D) o recurso ordinário, se for sentença definitiva, e o agravo de instrumento, se for sentença terminativa.
- (E) o recurso de embargos de divergência, quando a decisão for contrária a súmula do Tribunal Superior do Trabalho.

